

# Pibeiro

## SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE ATA NÚMERO TRÊS DE DOIS MIL E VINTE

Aos virtie e otto dias do mes de setembro do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Castro
Daire e Auditório do Centro Municipal de Cultura, reuniu a Assembleia Municipal, em conformidade
com o disposto no número um do artigo 27.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de
setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a
sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Um – Voto de pesar pelo falecimento do ex-autarca, João da Rocha Mões
Ponto Dois – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Gafanhão, Marcos de Almeida.
Ponto Três – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro, Gabriel da Costa Fernandes
Ponto Quatro – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador da Câmara Municipal, Arlindo Rodrigues Marcelino.
Ponto Cinco – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2020.
Ponto Seis – Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do Executivo Municipal da
não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 55/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Ação Social.
Ponto Sete – Aprovação da delegação de competências relativas ao procedimento de representação
gráfica georreferenciada, prevista na Lei número 78/2017, de dezassete de agosto, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões
Ponto Oito – Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castro Daire
dando cumprimento ao número dez do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal da Defesa da
Floresta Contra Incêndios, Anexo ao Despacho número 443-A/2018 de nove de janeiro, alterado
pelo Despacho número 1222-B/2018 de dois de fevereiro, emitido pelo Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.
Ponto Nove – Análise, discussão e votação do pedido de emissão de declaração de interesse
municipal do investimento no <i>Pombeira Adventure Park</i> , dando cumprimento da alínea i) do artigo
46.º da portaria número 152/2016 de vinte e cinco de maio



Ponto Dez – Tomada de conhecimento do processo de regularização de dívidas a fornecedores anteriores a outubro de dois mil e dezassete:
Ponto dez ponto um – Primeiro Acordo Arbitral: Processo número 1290/2019-A de nove de março de dois mil e vinte, envolvendo vinte e nove entidades, com um valor total de noventa e três mil novecentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos.
Ponto dez ponto dois – Segundo Acordo Arbitral: Processo número 1302/2019-A de vinte e três de abril de dois mil e vinte, envolvendo seis entidades, com um valor total de oitenta e quatro mi duzentos e sessenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos.
Ponto dez ponto três – Terceiro Acordo Arbitral: Processo número 1303/2019-A de trinta de abril de dois mil e vinte, envolvendo doze entidades, com um valor total de cento e dezasseis mi novecentos e quatro euros e trinta e oito cêntimos.
Ponto dez ponto quatro – Quarto Acordo Arbitral: Processo número 1304/2019-A de onze de maio de dois mil e vinte, envolvendo três entidades, com um valor total de cento e sessenta mi duzentos e cinquenta e sete euros e dezasseis cêntimos.
Ponto Onze – Aprovação da Revisão número três do Orçamento da Receita e do Orçamento da Despesa e número dois em Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte, para integração do saldo apurado pela diferença de valores orçamentados para dois mil e vinte (os recebidos em dois mil e dezanove) e dos valores aprovados em orçamento de estado (Lei número 2/2020 de trinta e um de março).
Ponto Doze – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como a sua situação financeira.
Ponto Treze – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa
Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando os presentes, os Srs. Membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, a Dr.ª Idália, a Marisa, o Joel e o António, a Mesa e no público, o Sr. José Fernando Carneiro Pereira
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
Leitura e apreciação do expediente
A Presidente da Mesa usou da palavra para se referir ao envio de alguns documentos que



Municipais (ANAM) que aconteceu no dia dezanove de setembro. Foram rececionadas algumas obras (livros) vendido pela ANAM e que estarão disponíveis no Gabinete de Apoio ao Presidente. Destacou ainda a obra relativa ao trabalho realizado pela ANAM. Lembrou que, dia treze de outubro, de acordo com o Despacho n.º 8703/2020 de dez de setembro, haverá sessão extraordinária de Assembleia Municipal com vista à eleição da Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). De acordo com este despacho, a sessão decorrerá entre as dezasseis e as vinte horas, pelo que os trabalhos iniciarão às dezasseis horas. Oportunamente, será enviada a convocatória e mais informações sobre esse ato. Os cadernos eleitorais foram já rececionados com todos os eleitos municipais, quer no Executivo, quer na ------Assuntos Gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à Lei número 75/2013 de doze de setembro-----------Cumprimentou os presentes, a Sr.ª Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores e a todos os presentes. Interveio para abordar a questão da Estrada Romana e o seu desabamento sobre a EN2. Disse ter escrito uma carta para as Infraestruturas de Portugal (IP) e na sua posse tinha a resposta da entidade em questão tendo entregue cópia ao Sr. Presidente da Câmara e à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, para análise. É dito na mesma que a IP não é responsável por aquela via. O certo é que a mesma desabou, culpas não se sabe de quem, se calhar da tempestade, são coisas que acontecem. Mas, uma vez desabando, considera que deve ser requalificada. A Junta não se põe de parte para ajudar na requalificação, obviamente, mas não tem capacidade para resolver uma situação daquelas, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara, que a situação pudesse ser vista em conjunto, dado que a IP se colocou de parte. Afirmou que analisará a resposta da IP. No ponto de vista do Presidente da União de Freguesias, a requalificação deveria ter acontecido juntamente com as obras da EN2, mas assim não se verificou. No entanto, espera que ainda se venha a fazer qualquer coisa acerca daquela via, via com alguma importância, não devendo ser deixada conforme querem que a mesma -----João Cândido da Silva Henrique -----------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Mesa da Assembleia, os respetivos Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os colegas deputados. Afirmou

dizendo pensar que a Dr.ª Idália é muito fiel nas atas que faz e disse ter ficado estupefacto, leu a ata e releu-a e pensou, espetáculo, quando foi a época do COVID-19, foi e é, a única coisa que falhou foi





Theirs

a comunicação do Sr. Presidente da Câmara, nada que não se resolva com lições de comunicação. Como o próprio acompanhou de perto considerou que, ou a Dr.ª Idália se enganou, ou o pessoal aqui anda distraído enumerando algumas coisas: houve um Sr. no tempo do COVID-19, que teve azar, não lhe prestarem cuidados, dado que o Centro de Saúde fecha ao sábado e ao domingo, as pessoas afetas ao Centro de Saúde íam dar apoio a outras unidades dos concelhos vizinhos e aqui estava fechado, e questionou o Sr. Presidente se não foi verdade que averiguou esta situação e quem decidiu pelo fecho até esteve com uma situação de COVID grave. Perguntou se não é verdade que um menino morreu à porta dos Bombeiros quando vinha do Centro de Saúde e o mesmo estava fechado. O médico e enfermeiro da VMER disseram que aplicando-se um ato médico uns minutos antes dos próprios chegarem, se calhar poderia ter-se safado. Tem a fotografia da criança, porque os pais foram agradecer aos Bombeiros o trabalho que fizeram pelo mesmo, não o podendo ter salvo. Questionou a veracidade de instituições que tiveram que ser substituídas porque não fizeram o trabalho que lhe estava conferido. Questionou ainda se houve pessoas com responsabilidades que simplesmente estiveram de férias. Um grande cirurgião cardiovascular de Coimbra dizia, o pessoal da Saúde tem que andar na linha da frente mas setenta e cinco por cento estiveram de férias, conforme, se calhar houve vinte e cinco a trinta por cento que estiveram na linha da frente e os outros não estiveram. Não está a querer dizer que está tudo mal, o seu balanço é positivo, mas é necessário saber o que falhou e o que falhou foram coisas importantes e é importante que as pessoas saibam e é importante que as pessoas discutam esta situação e não metam a cabeça debaixo da areia. Afirmou não estar contra ninguém. Em diálogo com as pessoas afirma-se que não vale a pena ir ao Centro de Saúde e que tem que se ir diretamente a Viseu e diz ter essa experiência, pois foi necessário adquirir um penso para curativo e foi o próprio que o foi adquirir. Ontem numa entrevista, alguém afirmava que o Centro de Saúde não possui os recursos mais elementares para tratar as pessoas. Questionou a razão do Centro de Saúde ter estado fechado ao sábado e ao domingo e pessoas de Castro Daire tiveram que se dirigir a Vouzela ou São Pedro do Sul. Questionou se essas pessoas terão mais direitos que os outros e se afinal estará tudo bem. Fez ainda uma salvaguarda à sua intervenção dizendo que não votou no Sr. Presidente da Câmara, não quer nenhum lugar de Vereador nem no Gabinete do Presidente, por isso pode afirmar que o Presidente da Câmara esteve muito bem, se num dia se exaltou teve razão e na maioria das situações de catástrofe tem estado muito bem. Se calhar outras pessoas que falam melhor que o Sr. Presidente da Câmara, se passassem pelas mesmas situações, não estariam tão bem, mas um curso intensivo de comunicação resolve. Pediu que lhe respondessem se nesta primeira vaga correu assim tão bem, quando voltar a acontecer, o Centro de Saúde também fechará ao sábado e domingo

e daremos apoio a outras unidades, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara.



( Naixi H

#### ------Marco Aurélio Lyrio Andrade------

-----Felicitou a Mesa, a Sr.ª Presidente da Assembleia, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os colegas e a Dr.ª Idália. Felicitou a abertura do ano escolar o qual acompanhou de muito perto, sobretudo o esforço por parte da Direção da Escola, por parte da Vereação com os funcionários municipais e acima de tudo da parte dos Encarregados de Educação e alunos para que tudo corra bem, a sua primeira felicitação, à comunidade educativa. Em contraponto os responsáveis políticos afirmam que tudo tem que abrir dentro da normalidade possível e vê os restantes serviços, Finanças, Registo Civil, Tribunal, todos eles condicionados e com difícil acesso à nossa população. Os funcionários, os professores, os assistentes operacionais também podem apanhar o COVID-19 e têm o mesmo direito de trabalhar e cumprir as suas obrigações como todos os outros funcionários públicos, porque são pagos com as nossas contribuições, com os nossos impostos. Que se comprem os acrílicos necessários, que se comprem as máscaras necessárias, mas que se ponha a funcionar o país todo por igual e não que apenas uns arrisquem. O Serviço de Saúde também abordado pelo deputado Cândido, este, para o próprio é o mais preocupante. Sobre o Serviço de Saúde, ainda ontem houve uma entrevista, em que sete milhões de atos médicos que foram cancelados ou adiados. Os cuidados primários de saúde estão a funcionar de forma, no mínimo, deficiente; no caso das urgências muitas vezes as pessoas só acedem às mesmas já tarde demais; cirurgias que têm sido canceladas ou adiadas de pessoas que há vários meses esperam, apenas pela possibilidade de existência de um surto e tudo tem sido cancelado e negligenciado. Na parte da Saúde, em termos formais no nosso concelho, em termos de contabilidade, morreram cinco pessoas de COVID-19, mas certamente dezenas delas mais morreram não da doença COVID-19 mas por causa do COVID-19. Isto necessita ser ultrapassado. Ninguém fala dos cancros, dos AVC's, dos enfartes de miocárdio, da infinidade das doenças que existem neste país. Agora, só se fala em COVID. Com relação à sincronização das equipas, um pedido que faz, já crónico, há décadas no Município de Castro Daire, porque sempre que há uma rutura de águas, uma falha, a equipa desloca-se abre valas, compõe o tubo de forma célere, um facto, mas depois são semanas e semanas para repor a calçada e os caminhos que causa prejuízo, causa incómodo, mal-estar, pelo que considera que as equipas deveriam estar sincronizadas, devendo haver a possibilidade de, o mais rápido possível, compor e não estar ao fim de dois ou três meses ainda por compor. Destacou um caso em particular, com a empresa Floponor, que devido ao corte da EN2, tem-se a estrada Vila Boa - Soutelo com muito mais movimento do que é normal e o piso que por si só é ruim mas com as travessias, há muitas mais valas onde deitam saibro e com a chuva, as valetas estão abertas e causam prejuízos e contratempos a muitos populares que ali passam. É necessário, rapidamente, por o betuminoso nestas valetas. Voltou a falar, conforme o que



Contente of

#### ------Fábio David Pinto Figueiredo -------

-----Interveio cumprimentando a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Interveio dizendo que o que leva a intervir relaciona-se com a requalificação da Estrada Romana, dado ter visto e lido uma publicação da Junta, mas entretanto não viu mais nada sobre isso. O Sr. Presidente da Junta veio também oferecer ajuda dentro das suas possibilidades, mas primeiro faz-se uma coisa, depois ofereceu-se ajuda, pelo que pediu ao Sr. Presidente da Câmara que pudesse esclarecer. O segundo assunto é conhecer o ponto de situação da ponte que caiu nas Termas do Carvalhal. O último assunto é, se possível, fazer a limpeza do ribeiro/açude encostado às Termas ou se está programada a sua limpeza, porque dá uma imagem de desmazelo daquela zona, ainda que já tivesse sido intervencionado.

### -----Lino Gonçalves da Silva --------

-----Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores e os colegas deputados. Afirmou que será breve na sua intervenção porque um dos assuntos que traria era o funcionamento do Centro de Saúde em tempo de COVID-19 que entretanto foi abordado. Reforçou ter tido um familiar que há cerca de duas semanas atrás teve um acidente com um corte num olho e foi atendido por alguém, no Centro de Saúde, que lhe disse que não tinha ninguém que pudesse resolver a situação e posteriormente mandar para Viseu. Socorreu-se de um amigo que trabalha no Hospital de Viseu para perceber a melhor hora para se deslocar ao hospital e ser atendido. Considera uma situação grave. O próprio disse que trabalhou no tempo do COVID conforme o disse na última Assembleia e sobre isso, questionou o Sr. Presidente de qual o critério para selecionar as pessoas que andaram na linha da

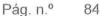


frente e que ganharam igual como os que estiveram um, dois ou três meses em casa. Disse estar de acordo sobre isso porque todos estavam ao serviço mas considera que deve haver uma pequena diferença porque quem trabalha deveria ser compensado relativamente a quem não trabalhou e que estava bem de saúde. Acha que esta situação deva ser esclarecida sendo transparente. Disse não ser queixinhas, fala apenas por justiça. Se se tem saúde tem-se a obrigação de ajudar os que não a têm, pelo que considera que fez a sua obrigação, mas o Centro de Saúde também deve ter alguém para nos socorrer em questões urgentes, porque senão não faz sentido haver Centro de Saúde, de acordo com o referido pelo familiar do próprio e que disse para um dos funcionários do Centro de Saúde. Referiu-se ao facto de ter batalhado bastante no que diz respeito à limpeza da estrada que liga São Joaninho a Mões que foi limpa, bem limpa, com uma equipa diferente. Nunca aqui afirmou que os trabalhadores faziam o trabalho mal feito, os trabalhadores realizam o trabalho que lhes mandam fazer, de acordo com o que lhes é dito para fazer pelos colegas. O que aconteceu é que há equipas que lhes mandam fazer mal e eles fazem bem e há outras que lhes mandam fazer bem e eles fazem mal. Às vezes há pequenas questões que são discutíveis nesse sentido. Disse considerar que as equipas que por lá passaram nestes três anos foram boas, trabalharam bem, esta trabalhou um bocadinho mais à moda antiga, fez-se uma limpeza com uma margem mais larga, o que se fazia há uns anos atrás. Por outro lado, tem-se a Quinta da Rabaçosa, um lugar turístico que também foi limpo o acesso, mas ficou surpreso porque o acesso à Quinta do Corgo não foi feito e também é uma casa de Turismo Rural e que, sobretudo, aos fins de semana enche com pessoal naquela casa. À data chamou a atenção o Sr. Presidente da Junta que informou que o Sr. Presidente da Câmara

-----Horácio António de Paiva Ribeiro-----

------Interveio cumprimentando a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Eulália, os Ex.<sup>mos</sup> Srs. Secretários Dr.<sup>a</sup> Margarida Mano e Dr. Paulo Carneiro, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Câmara, Dr. Paulo Almeida, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vice-Presidente, Dr. Luís Lemos, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Vereadores Dr. Armando Lemos e Dr. Pedro Pontes, Dr.<sup>a</sup> Idália, Joel, Sr. Fernando, restantes assistentes e membros da Assembleia. Iniciou dizendo que faz suas as palavras do deputado Marco, Presidente da Junta de Freguesia de Mões em relação ao início do ano letivo, pelo que deixou uma palavra a toda a comunidade educativa, onde se incluem professores, assistentes operacionais e técnicos, pais e alunos, pelo desenvolvimento do trabalho possível no sentido de que as coisas corram pelo melhor e os nossos alunos tenham direito a uma educação de qualidade, algo que só é possível sendo um ensino presencial. Afirmou que passados seis meses após o diagnóstico do primeiro caso COVID em Portugal muitos foram os altos e baixos pelos quais se tem vindo a passar. Desde o sentimento de medo generalizado que levou ao decretar do Estado de Emergência, que levou ao cumprimento

estava de férias, pelo que não contactou e nessa altura podia logo ter sido limpo o acesso.------





R

escrupuloso das regras do confinamento e que nos permitiu contabilizar números de novos casos que baixaram de forma gradual e muito controlada, até mais controlada do que a generalidade dos países ditos desenvolvidos conseguindo assim que o nosso Sistema Nacional de Saúde tivesse conseguido dar resposta válida à generalidade dos casos. Com o desagravamento das medidas e consequentemente, os cuidados com a diminuição dos casos que se foram registando à medida que fomos entrando nos meses de maior calor, começamos a ter casos a rondar os cem casos positivos diários e todos nós fomos respirando de alívio, uma falsa sensação de controlo da pandemia no nosso país. Se calhar, levou também a algum desleixo de todos, ao nível da etiqueta respiratória, higienização de mãos, distanciamento físico e uso de máscara. Sejamos pois, todos intelectualmente honestos, assumindo que estamos um pouco cansados e quando estamos cansados, a tendência é para querermos que as regras passadas e definidas para a nossa proteção e para a proteção de todos são um exagero, o que por vezes, nos dá uma propensão de algum facilitismo e aí, o vírus, provavelmente, volta a ganhar. O vírus voltou a ganhar terreno, na visão do deputado, porque se baixou a guarda e todos sabemos como é difícil voltar a ganhar terreno ao vírus. Por vezes o preço é alto demais e por vezes o preço paga-se com as próprias vidas. Hoje voltamos a ter uma situação muito preocupante no nosso país, poderá até agudizar-se nas próximas semanas. Tem-se neste momento números próximos de mil casos por dia. Nos últimos dias aumentaram também os casos de pessoas infetadas a necessitar de internamento assim como o número de pessoas a necessitar de cuidados intensivos. Os números revelam que desta vez a grande franja de novos infetados é de pessoas com idades que se situam em faixas etárias muito jovens o que cria a sensação de que não haverão complicações de maior porque, mais uma vez, existe a falsa ideia de que o COVID não afeta gravemente as pessoas mais jovens e isso não está minimamente provado. É um perigo pensar-se desta forma podendo trazer alguns dissabores. É também importante ter-se a noção que o portador do vírus sendo mais jovem ou menos jovem é um portador de vírus que poderá passar a um seu familiar. É preciso urgentemente que, novamente todos, possamos desmistificar essa ideia. Não há dados científicos, como disse, neste momento que nos digam que isso é linear, pelo que a forma mais sensata de se lidar com toda esta situação é a base do pressuposto que a COVID pode causar quadros de saúde graves em qualquer faixa etária o que de resto é comprovado pelas idades de jovens e de pessoas que têm ido aos serviços de cuidados de urgência. Não se acredite que as unidades de cuidados intensivos estão apenas a receber pessoas com idades superiores a sessenta anos, esta ideia está longe da verdade. As unidades de cuidados intensivos recebem quem desses cuidados necessita e infelizmente a COVID-19 tem feito com que cada vez mais pessoas necessitem desses serviços. Vamos todos fazer com que esta tendência volte a inverter-se. Entrou-se novamente no aumento exponencial de risco. Todos temos que fazer a nossa parte, que neste momento é infimamente menor que na altura do confinamento, ao qual todos respondemos com



responsabilidade, relembrando apenas as regras fundamentais à prevenção da COVID-19: uso da máscara sempre que o distanciamento não possa ser cumprido, higienização regular das mãos; respeitar a etiqueta respiratória, utilizar a aplicação STAYAWAY COVID como uma forma de combate ao COVID que respeita a proteção de dados e assegura o anonimato de todos e garante que se um usuário ficar infetado todos os que tenham registado contacto com o mesmo possam ser avisados. Se todos cumprirmos escrupulosamente estas regras conseguimos controlar a pandemia conseguindo que empresas e fábricas continuem a laborar o que de resto é a única forma de conseguir manter o emprego e o rendimento às famílias. Para que a economia funcione assumem especial relevância, neste novo contexto, as escolas e os seus profissionais que nos últimos tempos têm desenvolvido um esforço hercúleo para garantir a sua reabertura, mas acima de tudo uma reabertura para todas as nossas crianças, às quais voltou a deixar uma palavra de admiração pela coragem, resiliência e capacidade de se adaptarem à situação. Referiu ser imperioso voltar a adotarse todas as medidas de prevenção, até porque têm sido contabilizados novos casos de infeção em todos os concelhos à nossa volta o que aumenta exponencialmente o risco, atendendo à forte mobilidade existente entre os nossos concelhos. Deixou, por fim, um encarecido apelo a que todos possamos continuar a passar a mensagem de que é necessário continuar a cumprir escrupulosamente as regras/orientações definidas pelas entidades competentes. Vamos todos e cada um de nós fazer a nossa parte no combate a esta pandemia, vamos todos garantir que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) não entra em rotura neste inverno e que todos sem exceção tenham acesso a cuidados de saúde, caso deles precisem. Vamos parar a evolução da pandemia e garantir que o nosso SNS continua a dar resposta às portuguesas e aos portugueses. ------

-----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

------Interveio cumprimentando todos os presentes. Referiu-se ao assunto das limpezas dizendo ter sido afirmando anteriormente que os resultados são diferentes em função das equipas pelo que sugeriu, em primeiro lugar, reunir com o Encarregado Geral para esclarecimento porque se as coisas não são bem executadas é necessário identificar. Ainda que tenha sido referido que todos os funcionários são bons, há quem faça melhor e quem faça pior mas os que fazem mal, parece que é porque recebem indicações que levam a fazer mal. Esta é uma questão de foro interno de operacionalidade do Município, pelo que o melhor será sentarem-se com o Encarregado Geral, talvez com as duas equipas da limpeza e fazer o esclarecimento necessário. Com relação à questão das limpezas, as mesmas, já não são fáceis em anos normais, para se conseguir tudo o que é estradas e caminhos limpos. Este ano particularmente, com três meses fechados, foi dificultado, já que a vegetação continua a crescer e evidentemente provocou uma série de atrasos e evidentemente para se agilizar determinados trabalhos tem-se optado por proceder à limpeza de zonas mais críticas e





Ribeino

com maior risco. O acesso à Quinta do Corgo, ainda que não saiba exatamente onde é, não tem o mesmo movimento que o acesso da estrada que vai para Mões, pelo que se percebe qual a prioridade. Numa segunda fase será feita a limpeza. Acrescentou que todos os funcionários souberam adaptar-se no tempo COVID-19 tendo sido criadas uma série de equipas e funcionalidades inexistentes na altura, como entrega de medicação, alimentação, apoio ao Centro de Saúde nos domicílios, levantar a medicação de doentes crónicos ao Hospital de Viseu e entregar a quem necessitava. Houve a necessidade de se adaptar e por parte dos funcionários do Município todos souberam responder. Disse perceber que o deputado Lino trabalhou algumas horas e olha para os colegas que trabalharam menos horas mas, se calhar, também se poderá atentar nas equipas que trabalharam vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, sete dias por semana. É importante olhar nos dois sentidos. Nestas coisas nunca há uma regra matemática de justiça para o que são os trabalhos mas disse orgulhar-se muito porque quando os funcionários do Município foram chamados para vir a jogo foram muito competentes. Todos tiveram de se adaptar. Mas o mais importante é as pessoas perceberem que quando é necessário, as pessoas têm que estar e que poderão ser chamados estando todos à disponibilidade de serem chamados. Sublinhou a importância de olhar nos dois sentidos porque se há colegas que fizeram menos horas outros fizeram mais e nunca pediram mais nada. Foram dias de semana, fim de semana, em horas laborais mas também de madrugada e esse é um orgulho que tem, porque os funcionários da Câmara estiveram sempre disponíveis, ultrapassando-se as situações que íam surgindo. Quanto ao ribeiro/espelho de água junto às Termas do Carvalhal, está a iniciar-se a intervenção de acesso mas, já lá esteve uma máquina e um funcionário para realizar a intervenção, mas dadas as condições de segurança e por prudência far-se-á um acesso antes de se fazer uma nova intervenção. Partilha da preocupação. Conforme se orgulha dos funcionários não se orgulha do estado em que está o espelho de água, mas é preciso criar um acesso seguro para a máquina e o funcionário trabalharem. A ponte das Termas do Carvalhal é um assunto falado várias vezes mas talvez não se tenha feito o esclarecimento necessário. Este problema adveio da tempestade Elsa com um conjunto de prejuízos que foram comunicados às entidades competentes como a CCDRC, CIM, DGAL com prejuízos de quase dois milhões de euros e facilmente se percebe que o valor em causa torna difícil que o Município consiga resolver todas as questões. E, logo desde o início tem-se tentado junto do Fundo de Emergência ou junto do Governo o acesso ao Fundo de Emergência para financiar estes prejuízos. Há cerca de um mês e meio, e este não é apenas um problema da Câmara Municipal de Castro Daire mas de vários Municípios, ocorreu uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local para se perceber a existência, ou não, de acesso ao fundo. O referido pelo Sr. Secretário de Estado foi que, para poder aceder ao Fundo de Emergência tem que ser decretado Estado de Calamidade naquele território, naquela data e que até ao momento ainda não tinha

> Rua Dr. Pio de Figueiredo, 42 | 3600-214 Castro Daire NIPC: 506716210 | Telefone: 232382214 | Fax: 232382923



Ribeins

acontecido e quem tem competência para o fazer é o Conselho de Ministros. O mesmo, assumiu o compromisso com os presentes de fazer uma informação, ir a Conselho de Ministros para ser decretado o Estado de Calamidade local. Também afirmou que a sua parte é fazer a informação mas a votação já não é com o próprio. Posto isto, a conclusão que se tira é que não se sabe se haverá acesso ao Fundo de Emergência e se houver, quando é que haverá disponibilidade, pelo que se decidiu meter mãos à obra e progressivamente ir resolvendo as questões. O pontão de Reriz a Vila Nova é também um assunto muito falado, neste momento, já deve estar a ser pintado e muito em breve será uma realidade. Na Ponte das Termas do Carvalhal, na semana passada já se iniciaram os trabalhos de reconstrução da ponte e, progressivamente, far-se-ão mais sacrifícios para resolver outras questões no concelho, porque foram vários os problemas no concelho, nesse fatídico dia. A estrada do Azibal era um acesso que necessitava de intervenção, naquilo que era a largura da via em plena curva e no estado em que estava o piso e infelizmente, tal como esta estão várias outras e paulatinamente vamos resolvendo várias situações. A questão da iluminação pública e concretamente a reparação das avarias não é da responsabilidade da Câmara Municipal, pois quem tem que proceder às reparações é a EDP e neste momento até está feito o levantamento dos pedidos de reparação, os que passaram pela Câmara, para agendar uma reunião com a EDP porque o problema poderá passar pelo subempreiteiro que não tem funcionários suficientes, porque os pedidos são muitos. Talvez devido às trovoadas há iluminação com horários desfasados com casos de iluminação a acender muito cedo e outros muito tarde, pelo que se fará uma nova ronda pelo concelho para se acertarem os relógios. No que concerne às equipas das águas e à sincronização com os calceteiros, esse também foi um assunto que atrasou nestes últimos tempos e justificado pela pandemia porque, embora os serviços tenham estado fechados, não foi por isso que deixou de haver roturas de água. Com relação a roturas e a sua compostura, os funcionários foram; o que dizia respeito a tratar o buraco já não, porque não era trabalho prioritário. As travessias acontecem devido à obra da ETAR e nem sempre é fácil rasgar a vala e ao mesmo tempo colocar o tapete. Far-se-á um ponto de situação e salientou que as primeiras valas que foram executadas também já têm as estradas reparadas, mas necessitam ser feitas agora antes do inverno. No respeitante ao arranque do ano escolar, o mesmo aconteceu sem sobressalto, verificando-se trabalho a vários níveis, como do Agrupamento de Escolas de Castro Daire, do Município, dos pais, etc. Na opinião do próprio é o risco maior de contágio ainda que nas crianças o vírus não seja tão nocivo mas poderão ser um elo de contágio, um elevado risco. Dentro das contingências, o balanço é positivo. Relativamente, à estrada de Ribolhos a São Domingos, afirmou que a posição pública do Sr. Presidente da Junta não foi clara, não disse tudo o que devia ter dito porque o mesmo sabia, pois sempre lhe transmitiu que a solução passaria por deslocar aquela via para a parte superior, tecnicamente o Sr. Presidente da Junta acha que não é possível mas ao próprio informaram dessa possibilidade. Quando a



Phone .

comunicação foi feita, quem a leu considera que a estrada terá caído e que a Câmara parece não querer saber. Mas é importante que se esclareçam algumas coisas: na primeira hora quando aquilo aconteceu a IP informou que o que havia acontecido era responsabilidade da estrada de cima, na qual se contrariou a afirmação por vários motivos sendo necessário compor o que ali estava. Numa segunda instância eles propõem à Câmara o pagamento de metade da obra e dessa forma estar-seíam a assumir responsabilidades, mas não. Paralelamente, começou a trabalhar-se no sentido de arranjar uma solução, o desvio da estrada para a parte superior. Acrescentou que faltam poucos dias para a abertura da estrada acontecer, informação da IP. Posto isto, disse ter ficado muito admirado quando leu a carta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia para a IP onde está escrito que o desabamento da Estrada Romana atingiu a EN2 e considera que uma afirmação destas é demasiado pesada no contexto que está e para o que aconteceu. Também refere que aquela Estrada Romana havia sido requalificada pela Junta de Freguesia. Da leitura da carta da IP de resposta afirmaram não ter qualquer responsabilidade na estrada de cima. Considera que a carta antes de ser publicada e antes de vir para os jornais, para a comunicação social, onde falava numa decisão apoiada pela Câmara, objetivou uma martelada do Sr. Presidente da Junta do Mamouros, Alva e Ribolhos ao Presidente da Câmara. Espera que o que fez o Presidente da Junta não lhe venha a trazer problemas. Quanto ao acesso da Estrada Romana, se quem o informa diz ser possível executar através da deslocação daquela via, assim será feita e esta é a posição da Câmara o que aliás já havia informado. Apesar da posição do Presidente da Junta de Freguesia para a Comunicação Social, diz não saber se também irá publicar a resposta da IP, o que havia dito antes irá cumprir. Com relação ao Centro de Saúde e COVID-19, infelizmente logo na primeira hora fomos bafejados com os problemas da pandemia e o que há pouco referiu sobre os funcionários da Câmara, retribui a toda uma equipa da Proteção Civil em que muita coisa correu bem graças a esta equipa. Já em vários fóruns foi afirmando que nem tudo correu bem nomeadamente a falta de tomada de decisão por parte de algumas entidades e afirmou tê-lo dito às pessoas que têm essa responsabilidade, porque várias situações poderiam ter sido evitadas, em concreto o Lar de São Joaninho em que somente mais de uma semana depois foi tomada a decisão acerca do destino dos utentes do Lar, bem como outras situações. Com o arranque do ano letivo foi necessário desmontar os espaços de retaguarda instalado nos pavilhões do Agrupamento mas criar-se-ão alternativas aos mesmos, se forem necessários. Em relação ao Centro de Saúde, foi tomada uma decisão sem que ninguém soubesse e quando teve conhecimento já o Centro de Saúde estava com um novo horário, mas a decisão não foi apenas em Castro Daire. Houve uma reunião, no âmbito da CIM para tomada de posição sobre o encerramento do Centro de Saúde porque sem haver pronuncia sobre o assunto aconteceram encerramentos. Por outro lado, quando havia a necessidade de apoio, nomeadamente logístico, o ACES contactava de imediato os Presidentes de Câmara a solicitar o necessário. Quando



se ía tomar a posição, o Sr. Diretor Cabrita Grade foi hospitalizado e por uma questão de respeito institucional não foi tornada pública. Disse que há cerca de um mês voltou a ter reunião com o Sr. Diretor do ACES Dão Lafões onde frisou ser fundamental e vital que os horários fossem repostos. Apresentaram argumentos relativos às questões do COVID e as limitações. Considera que quanto menos pessoas se juntarem, melhor. Se todas as pessoas forem para Viseu aumenta o risco de contágio. Se houver uma resposta mais próxima diminuindo o número de contactos, seria melhor, na opinião do próprio, sendo esta a solução que defende. Considera que apesar de haver várias unidades, deveria existir uma linha de comando entre as várias unidades, porque se se pretender tratar de algum assunto, não existe uma figura para tratar de todos os assuntos daquela estrutura. Agradeceu as palavras elogiosas do deputado João Henrique e disse que quando os assuntos são difíceis é o primeiro a dar a cara. Referiu que delega a competência mas não delega a responsabilidade e quando as coisas são difíceis e já se tiveram muitas situações e muitas delas complicadas, é o primeiro a dar a cara desde a primeira hora até ao último instante, pelo que agradeceu as palavras mas enquanto estiver neste lugar esta será a sua maneira de ser e de estar porque seria fácil estar em casa a partir de um monitor ou de um ecrã. Devolve o agradecimento com um enorme sentido de responsabilidade que tem para com a Assembleia e para com toda a Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal questionando se o ofício das IP entregue à Mesa é para divulgar aos Membros da Assembleia ao qual lhe foi respondido que não pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. -----------José Pereira Almeida --------------Interveio dizendo que enquanto Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos disse que não está para dar marteladas em ninguém. Acrescentou que o Sr. Presidente da Câmara negociou com a IP sem dar uma palavra ao Presidente da Junta tendo decidido tudo o que decidiu dentro daquela área, da área do qual é Presidente, considerando que merecia um pouco mais de respeito. No que respeita ao que está escrito no documento, não pode negar que o desabamento foi da estrada romana para a estrada de baixo. Disse ainda que foi eleito, tão

-----Interveio dizendo não ter cumprimentado, na sua primeira intervenção, a colega Marisa, a Dr.ª Idália e o Sr. Vereador José Fernando Carneiro Pereira, Vereador da Câmara Municipal de Castro Daire. Afirmou gostar de fazer um esclarecimento acerca da sua intervenção, porque parece não

democraticamente, como o Sr. Presidente da Câmara mas e aquela área é a área de intervenção do



90

terem percebido, mas no seu pensamento o que quis dizer sobre as limpezas, e a equipas que por lá passaram há um ano e tal, o próprio questionou a equipa porque razão apenas faziam aquela largura ao qual lhe foi respondido que eram as ordens que tinham. A segunda equipa executou uma faixa maior e quando questionados sobre quem mandou fazer a largura, responderam que lhes mandaram fazer uma determinada distância, mas por entenderem que não fica bem, fizeram uma largura maior. Quanto à questão do COVID-19, disse ter percebido muito bem a resposta do Sr. Presidente da Câmara. -----------Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Interveio dizendo que a situação das brigadas ainda não está esclarecida, mas ficará esclarecida em sede própria. Quanto à questão da Estrada Romana clarificou apenas que transmitiu que a Câmara e a Junta de Freguesia não tiveram responsabilidade e a sua postura foi em defesa do Sr. Presidente da Junta. Todavia, considera que na comunicação poderia estar que a estrada ía desviar até porque já se havia falado disso. Quanto aos termos utilizados, usou este como poderia ter usado outro, mas não quis faltar ao respeito.-----------PERÍODO DA ORDEM DO DIA ------PERÍODO DA ORDEM DO DIA -------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal dando conta das ausências dos deputados municipais à sessão, estando ausentes Albino Ramos, Márcio Santos e o Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro. A D.ª Delfina Pereirinha está em substituição ao Presidente da Junta de Freguesia de Cujó. Todos apresentaram a devida justificação. ------------Avelino Ferreira da Rocha-----------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, o Sr. Fernando Carneiro e os colaboradores. Agradeceu a Mesa da Assembleia ter-se lembrado do Sr. João da Rocha Mões, o seu pai, embora um pouco tarde, mas o ditado diz "Mais vale tarde do que nunca". Agradeceu, ao Sr. Presidente da Câmara, a obra em curso em Mosteirô e que em breve estará acabada. Não obstante, a Freguesia de Pepim necessita de mais qualquer coisa, conforme todas precisam. Referiu três obras prioritárias que o Sr. Presidente conhece, uma situação junto ao cemitério de Pepim com risco para os autocarros que ali passam; um pontão na Fonte Velha no Outeiro onde existem vigas de ferro que fazem suporte à ponte mas há uma danificada e já não faz suporte conforme devia fazer, pelo que espera uma intervenção o mais rápido possível; o saneamento inacabado na freguesia, em particular no Outeiro, pois tendo a conduta já canalizada, a mesma está obsoleta, não funciona, porque falta a respetiva ETAR. Devia ter sido feita há mais tempo, talvez por quezílias políticas entre Presidente da Câmara e Presidente da Junta mas ainda na última Assembleia de Freguesia um membro da



Assembleia teria que despejar a fossa, iria usar uma motobomba e iria chamar a televisão e colocaria a bomba a trabalhar para a via pública, pelo que espera que a situação seja analisada e que se -----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Em relação ao afirmado, o Sr. Presidente disse que em relação ao pontão, o técnico já lá foi analisar mas ainda não teve o feedback do mesmo mas irá clarificar. A situação junto ao cemitério de Pepim também já é algo que se arrasta há muito tempo, está identificado, mas ainda não foi possível fazer a intervenção. Quanto ao saneamento havia uma solução idealizada mas ainda não temos a capacidade de a implementar porque tem interferências com outras situações. Lamenta que devido a quezílias políticas uma obra que estava adjudicada não tivesse sido concretizada. É um assunto que já foi muito debatido, nomeadamente na Assembleia Municipal do anterior mandato onde estava presente tendo havido discussões várias nesse sentido. A Câmara havia adjudicado a obra com ETAR's mas não tem culpa de não terem sido executadas. Basicamente, andou a enterrar-se dinheiro na Freguesia de Pepim e no final o objetivo não foi cumprido. Afirmou ter uma solução, não a curto prazo, mas posteriormente trocar-se-ão impressões sobre o assunto. ------------------------Ponto Um – Voto de pesar pelo falecimento do ex-autarca, João da Rocha Mões. ------A Mesa da Assembleia Municipal apresentou o seguinte Voto de Pesar: "A Assembleia Municipal apresenta o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João da Rocha Mões, ex-autarca, pela sua participação e empenho na causa pública, nomeadamente, na sua freguesia e no concelho". ------Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo. ----Ponto Dois - Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Gafanhão, Marcos de Almeida. -----A Mesa da Assembleia Municipal apresentou o seguinte Voto de Pesar: "Faleceu no pretérito dia quinze de setembro do corrente, o Sr. Marcos de Almeida, antigo Presidente da Junta de Freguesia do Gafanhão. Reconhecido pela população em geral como uma pessoa dinâmica, humilde e trabalhadora que gostava da sua terra, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. Foi uma pessoa muito interessada pela sua comunidade a quem prestou relevantes Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----



<b>Ponto Três</b> – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro, Gabriel Costa Fernandes
A Mesa da Assembleia Municipal apresentou o seguinte Voto de Pesar: "A Assembleia Municipal apresenta o Voto de Pesar à família enlutada do Sr. Gabriel Costa Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Pinheiro durante três mandatos, tendo ainda liderado o processo de constituição da Tuna de Cêtos defendendo assim as tradições populares. É recordado pela forma altruísta com que encarou a liderança da Junta de Freguesia na sua entrega à comunidade sempre com um espírito colaborativo e construtivo".
Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo
Ponto Quatro – Voto de pesar pelo falecimento do ex-Vereador da Câmara Municipal, Arlindo
A Mesa da Assembleia Municipal apresentou o seguinte Voto de Pesar: "A Assembleia Municipal apresenta o Voto de Pesar e sentidas condolências à família enlutada do ex-Vereador da Câmara Municipal de Castro Daire, Arlindo Rodrigues Marcelino, Homem que foi exemplo, nos seus valores, sensibilidade e atos à sociedade castrense. É reconhecida a sua dedicação enquanto funcionário público e um esmerado dirigente associativo, contribuindo para a divulgação do concelho. Exerceu, com entusiasmo, dedicação e lealdade as funções que lhe foram atribuídas nas diversas áreas de atuação em que se envolveu"
Ponto Cinco – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de trinta de junho de dois mil e vinte
Posto este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo
Os deputados Carlos Pinto, João Henrique, Maria Elisabete Sequeira e José Pinto não participaram na votação deste ponto por não terem estado presentes na sessão a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo
Ponto Seis – Análise, discussão e votação da proposta de deliberação do Executivo Municipal da não aceitação do exercício de competências previstas no Decreto-Lei número 55/2020 de doze de agosto para os órgãos municipais no domínio da Ação Social



Pág. n.º 93

Coleixi

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal
Intervenção do Sr. Presidente da Camara Municipal
Usou da palavra para afirmar a sua concordância com a delegação de competências mas
necessita vir agarrada ao envelope financeiro mas que ainda não está definido. Nesta área parece
existirem alguns aspetos muito pertinentes para a comunidade com algum peso financeiro e que
ainda não está definido, pelo que a proposta é pela não aceitação da competência. Realçou que a
Saúde e a Educação, como foi votada pela não aceitação, tem vindo a ser prorrogado o prazo da
aceitação, dado que a maior parte dos Municípios têm tomado esta decisão e enquanto não estiver
clara a componente financeira associada não haverá anuência
Diogo Gomes Carvalhas
Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, os elementos
da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente e na sua pessoa todos os elementos do Executivo,
funcionários da Câmara Municipal e o Sr. Fernando Carneiro. Afirmou que quanto a este assunto o
que se lhe oferece dizer é que, nesta Assembleia Municipal, defendeu a descentralização de
competências até para um aumento da relevância da própria Autarquia de Castro Daire, pelo que
será coerente na sua votação. Se o Governo oferece a possibilidade de ter mais uma competência e
a mesma será recusada votará, inevitavelmente, contra. Acrescentou que em outras Assembleias fez
o reparo em que houve a tentativa de delegação de competências e não foram aceites e fez o reparo
de que deveriam ser aceites para aumentar a relevância da própria Autarquia, para servir melhor as
nossas populações através do exercício dessas competências. O entendimento da Câmara Municipal
sempre foi e desta vez, vem instruído por uma informação técnica, algo que antigamente fazia falta e
considera importante que assim seja feito, mas não pode concordar que se esteja preso a conhecer
uma verba em concreto, que será recebida, ou não quando o que aconteceu nas outras
descentralizações foi que o Orçamento do Estado previa a verba concreta a atribuir a cada Município
que aceitou a transferência de competências, nomeadamente o que já havia referido como o caso de
Mangualde
Marco Aurélio Lyrio Andrade
Usou da palavra para cumprimentar quem, por lapso, não cumprimentou aquando da sua
primeira intervenção. Em concreto a este assunto da não aceitação, por parte do Município da
competência, disse ter concordado porque o Município tem a legitimidade para o fazer dado que foi
eleito legitimamenre mas ainda bem que recusou, neste caso, porque caso não o fizesse votaria
sempre contra esta competência até porque tem alguns pontos que para o próprio são importantes
que sejam definidos por uma entidade mais independente porque há um conjunto de decisões que



poderiam ter repercussão política e que a Câmara Municipal iria ter, este ou outro Executivo futuramente, e salvaguardando essa situação deve permanecer no âmbito da Segurança Social. ----------Carlos Alberto Bianchi Pinto ----------Usou da palavra para cumprimentar a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e a respetiva Mesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, ilustres colegas deputados e deputadas, Dr.ª Idália, Marisa, Joel e Sr. Fernando. Referiu-se neste ponto à ata da sessão anterior, dando os parabéns à Dr.ª Idália pelo trabalho. Pediu à Sr.ª Presidente da Mesa para continuar a manter as intervenções na íntegra, por muito que custe ler a ata. Disse que se pode assinar a ata de cruz enquanto se transcrever o que se diz, porque é uma forma de conhecer o trabalho desenvolvido na Assembleia com os Srs. Deputados. Em relação ao ponto em análise, o Sr. Presidente usa da prudência que é habitual nesta matéria. Infelizmente, na maior parte dos casos, os projetos que têm acontecido de descentralização não têm dado os frutos que se quer. Todas as competências implicam uma decisão, uma proximidade política à Câmara Municipal e neste caso é particularmente grave porque está a prever-se a integração de mais funcionários no Município, vindo da Segurança Social cujas consequências não são previsíveis para o Município e numa altura em que se desconhecem quais são, efetivamente, as competências que serão transferidas e que em dois mil e vinte e dois terão que ser assumidas, desconhecendo-se o que irá contar a partir da necessária assunção de competências e votará a favor da proposta da Câmara Municipal mas apresentará a Declaração de Voto. Um processo de delegação de competências que impõe essas competências pelo silêncio não parece que seja constitucional, esquecendo da parte jurídica, e acima de tudo cordial porque está-se a trabalhar com plena autonomia e apesar de haver da tutela, considera o próprio, uma hierarquia. -----------Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Interveio dizendo que o deputado Carlos Pinto utilizou a palavra prudência mas a forma como define é, com sentido de responsabilidade, aquilo que é a gestão municipal e o que é a gestão futura municipal, porque é aceitar algo no escuro. Acrescentou que esta é uma proposta com sentido de responsabilidade. ------Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo com dois votos contra e uma abstenção. ------Votaram contra os deputados Horácio Ribeiro e Diogo Carvalhas e pela abstenção o deputado Lino Finda o votação o deputado Carlos Pinto fez a seguinte declaração de voto: "Uma vez mais a Assembleia Municipal de Castro Daire é chamada a deliberar sobre a não aceitação, pela Câmara



Municipal da delegação de competências da Administração Central. Isto no âmbito de um processo que, desde o seu início, nos parece iníquo, inexplicável e visivelmente feito "em cima do joelho", onde o respeito pela autonomia (política, administrativa e financeira), é tudo, menos respeitada. Deixemos de lado razões jurídico-constitucionais que, só por si, motivariam um voto, no sentido de recusar tais competências: o Governo viola claramente o princípio da autonomia das autarquias locais, cometendo-lhe competências que deveria assegurar centralmente e espartilhando ainda mais as finanças, subavaliando as comparticipações que deveria transferir por conta dessas competências. Ficaremos apenas pelo absurdo de impor aos órgãos autárquicos a aceitação de uma delegação de competências, porque sim e se nada disserem num dado espaço de tempo. E mesmo que recusem essa delegação de competências a mesma acontecerá, queiram ou não queiram, em mais tarde. Como, com que consequências e com que envelope financeiro? Pouco importa. Faz sentido assim usar de prudência e bem anda o Município de Castro Daire em recusar a delegação de competências, pese embora o sustente num documento vago, que não concretiza quais as dúvidas que se levantam à referida delegação de competências e que, mais que tentar explicar a recusa da mesma, tenta prever as consequências da mesma. Daí o voto do CDS-PP favorável à proposta de não aceitação da delegação de competências".----

O deputado Horácio Ribeiro fez a seguinte declaração de voto: "Como membro desta assembleia, lugar que muito me honra por ser resultado da votação democrática dos eleitores do Concelho de Castro Daire, tive a oportunidade de ser eleito por esta mesma Assembleia para a representar na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Viseu Dão Lafões. Face aos assuntos da Ordem do Dia desta Assembleia tenho um sentimento de alguma desilusão. Desde que me formei como jovem e adulto sempre me empenhei no combate pela Democracia, e acredito que esta tem de ser vivida e principalmente respeitada. Uma das características dos regimes e organizações democráticas é da separação dos poderes executivo e deliberativo. Na CIM Viseu Dão Lafões, também existem estes mesmos dois órgãos executivo e deliberativo. É a Assembleia Intermunicipal, órgão deliberativo, que legalmente cabe aprovar os Planos de Ação/Atividades/Investimentos, Orçamentos e Relatórios e Contas entre outros assuntos determinantes para ação da Comunidade. Por isso, quando se está a decidir se a Comunidade deve aceitar ou não transferências de competências estamos a entrar dentro das competências atribuídas à Assembleia Intermunicipal. O procedimento que seria o correcto seria o de obter a deliberação da Assembleia Intermunicipal e após isso sujeitá-lo à ratificação das Assembleias Municipais. A pseudo-simplificação da política em nome de uma pseudoeficácia ou pseudo-eficiência nas decisões, não pode sacrificar o respeito pelas competências e dignidade dos diversos órgãos institucionais da administração pública. Esse é um perigoso caminho para o populismo político por uma pretensa visão do interesse dos cidadãos. ----



Finda a votação, o deputado Diogo Carvalhas apresentou a seguinte declaração de voto: "Considerando que sou um defensor do aumento de relevância das autarquias locais no contexto do poder público português. Considerando que as autarquias, pelo seu contacto mais próximo com a

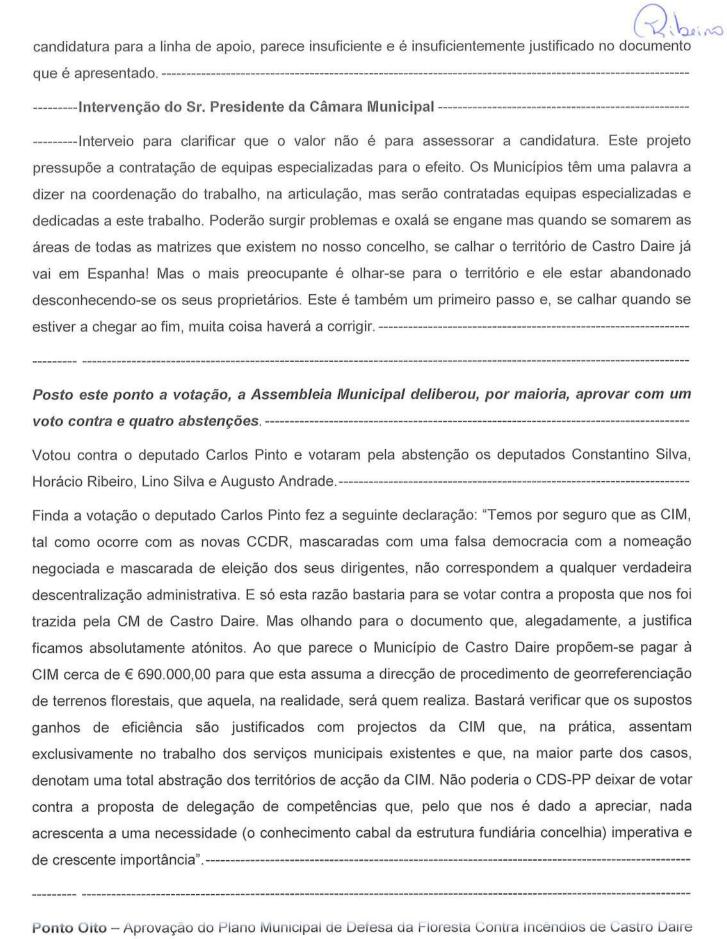
população da sua área territorial de competência, estão mais habilitadas a responder prontamente aos anseios das pessoas. Considerando que em várias instâncias defendi a descentralização de competências para as autarquias. Considerando que à anterior descentralização correspondeu um envelope financeiro expresso no Orçamento do Estado para 2020. Considerando que está prevista a transferência para as autarquias locais da verba financeira gasta pelo governo no exercício da competência em cada município. Voto Contra a presente proposta de não aceitação de competências". -----Ponto Sete – Aprovação da delegação de competências relativas ao procedimento de representação gráfica georreferenciada, prevista na Lei número 78/2017, de dezassete de agosto, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. ------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal dizendo que é a CIM Viseu Dão Lafões quem está a desenvolver este processo com vários Municípios.----------Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Usou da palavra dizendo que muitos já ouviram o próprio dizer que este é um dos problemas que existe no território, ou seja, o abandono do território. Esta situação só se resolve com a identificação dos proprietários dos terrenos, porque há muitas terras que são de herdeiros, pelo que o que defende há muito tempo é a elaboração do cadastro desse mesmo território. No âmbito da CIM Viseu Dão Lafões, o Governo criou uma linha para financiar este tipo de operação e também porque a aprovação de candidaturas intermunicipais têm outra valia relativamente à aprovação, foi decidido em Conselho Intermunicipal fazer este trabalho para numa candidatura conjunta fazer esse cadastro. Está a delegar-se esta competência em específico na CIM Viseu Dão Lafões. ------------Alexandre Paulo Simões Pereira -----------Interveio cumprimentando a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, os Srs. Secretários, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, o Sr. Vereador Fernando, os colegas, a Idália, a Marisa. Afirmou a grande necessidade de ser feito algo pelo cadastro porque há muito que se sente esta lacuna, pelo que ainda bem que há a possibilidade de haver uma candidatura para resolver esta situação. Abordou uma outra situação, o procedimento que tem vindo a notar e sobre o qual já queria ter falado mas nunca o fez, que não considera correto e relaciona-se com as declarações de voto. As

declarações de voto são normais, são as que devem acompanhar um sentido de voto mas o que não



é normal é verem-se transcritas na ata declarações de voto sobre as quais tem críticas implícitas e explícitas a procedimentos e outras coisas, que não foram afirmadas na sessão e sobre as quais nem há hipótese de serem debatidas. O deputado Carlos Pinto e muito bem, disse que faria uma declaração de voto mas disse o que haveria de constar bem como o deputado Horácio Ribeiro fez a mesma coisa mas o próprio já leu declarações de voto transcritas na ata com críticas e apontamentos dos quais não houve conhecimento das mesmas e isso não é normal, sendo procedimentos que é necessário rever. A declaração de voto deve, no mínimo, ser explicada na sessão, devendo ser dado conhecimento na altura daquilo que será a declaração de voto, pelo menos de forma sumária. Em relação às atas, não se alongará. Tem a sua própria opinião. ------------Carlos Alberto Bianchi Pinto ------------Usou da palavra dizendo que o cadastro é essencial, os projetos piloto têm resultados, por exemplo, uma Freguesia de Vouzela tem um projeto de Cadastro simplificado e dá a confusão que dá. Percebeu que se estão a delegar competências, pelo que questionou se é para um concurso ou -----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal ----------Respondeu dizendo que para a CIM Viseu Dão Lafões fazer a candidatura tem que haver a delegação de competências e para executar o trabalho, quem vai coordenar é a CIM, mas com as equipas dos Municípios. Cada Município vai definir a percentagem de matrizes que vão ser revistas nesta candidatura. -----------Carlos Alberto Bianchi Pinto ------------Interveio dizendo que, do que havia lido, julgou ser uma assessoria para fazer o concurso e o trabalho será todo feito pela Câmara Municipal na prática embora com os metadados em sistema supramunicipal. Na prática está a dar-se uma arma à CIM para planeamento de investimentos supramunicipais quando o trabalho é todo feito pela Câmara Municipal. O processo será muito complicado, efetivamente, inseguro porque a funcionar como está a funcionar nos projetos simplificados de hoje assiste-se a situações em que chega ao Serviço da Conservatória e define-se a área mas e depois há a necessidade de alteração da mesma e já não é possível porque não há como alterar, o processo é muito complexo, pelo que questiona se é isso que se quer em Castro Daire. Afirmou ser necessário fazer o cadastro, era muito melhor se o Estado pagasse o justo valor pelo trabalho que tem que ser feito, e no terreno, não num gabinete da CIM e nem sequer num gabinete da Câmara Municipal para atendimento presencial. Apresentará declaração de voto, votando contra a delegação de competências porque entende que pagar seiscentos e oitenta mil euros para assessorar um concurso, por muito que entenda a necessidade para efeitos da





dando cumprimento ao número dez do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal da Defesa da



Floresta Contra Incêndios, Anexo ao Despacho número 443-A/2018 de nove de janeiro, alterado
pelo Despacho número 1222-B/2018 de dois de fevereiro, emitido pelo Gabinete do Secretário de
Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural
Joana Raquel Guerra do Couto Sevivas
Interveio fazendo os cumprimentos à Mesa, o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores incluindo o Sr. Fernando, os colegas. Ainda que o assunto não seja deste ponto, disse que houve falar em todas as Assembleias das atas mas nunca dá a sua opinião pois não concorda com a forma como se faz
as atas. Não concorda com o que disse o colega Carlos Pinto porque considera que uma ata é um
resumo do que se passa numa Assembleia, nem sequer é uma questão de opinião, é um resumo. Se
transcrevemos tudo o que dizemos, para que é necessário aprovar a ata. Disse não concordar e honestamente, acha que se está a desperdiçar trabalho que podia ser canalizado para outras coisas.
Constantino Duarte Silva
entender o documento como um Plano Municipal de Defesa da Floresta mas como um documento informativo do concelho. Um plano de proteção da floresta deve incluir outras coisas e não apenas dar a conhecer o que cá existe. No verdadeiro termo da palavra utilizado não enquadra no que está a ser tratado. Por exemplo um Plano de Defesa da Floresta deve incluir determinadas medidas, determinados meios para que ela seja preservada e em caso de incêndio poder ser combatida  Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal
Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com una abstenção
30-07-70-030-03- <b>F</b> -0-00-03
Votou pela abstenção o deputado Constantino Silva
Ponto Nove – Análise, discussão e votação do pedido de emissão de declaração de interesse municipal do investimento no <i>Pombeira Adventure Park</i> , dando cumprimento da alínea i) do artigo 46.º da portaria número 152/2016 de vinte e cinco de maio
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal



Interveio dizendo ter-se em vista uma linha de financiamento para apoiar e juntar a uma outra
linha de investimento na Pombeira. Esta declaração tem por objetivo acompanhar a candidatura. É
objetivo transformar toda aquela área com espaço turístico atrativo, dado ser um espaço de grande
interesse turístico e poder ser mais um polo de atração ao concelho. Existe um primeiro
financiamento por parte do PROVERE e numa nova linha que está para sair poder-se-á ter mais
financiamento
Diogo Gomes Carvalhas
Interveio questionando a necessidade da declaração de interesse público, se por razões de
expropriação se por exigência da candidatura
Carlos Alberto Bianchi Pinto
Usou da palavra dizendo que a declaração resulta de uma burocracia do Estado Português
que não acrescenta em nada. Todavia, há uma informação que não está presente, se o serviço é
para ser executado pela Câmara Municipal de Castro Daire, se o património integrará o património
do Município, se não terá nenhuma intenção de tornar privatizado e se acontecerá o que aconteceu
com o Lodeiro, em que se recebeu um património de domínio público e houve a necessidade de o
transformar em domínio privativo da Câmara Municipal para ser agilizada a sua segurança financeira.
transformat em dominio privativo da Camara Municipal para ser agilizada a sua segurança imanosira.
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento.
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento. Relativamente às questões do deputado Carlos Pinto, afirmou que o objetivo é transformar este
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento. Relativamente às questões do deputado Carlos Pinto, afirmou que o objetivo é transformar este investimento de modo a que ele seja uma alavanca do concelho de Castro Daire. Futuramente, um
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento. Relativamente às questões do deputado Carlos Pinto, afirmou que o objetivo é transformar este investimento de modo a que ele seja uma alavanca do concelho de Castro Daire. Futuramente, um qualquer executivo, pode encontrar um caminho que possa potenciar ainda mais este projeto, não
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento. Relativamente às questões do deputado Carlos Pinto, afirmou que o objetivo é transformar este investimento de modo a que ele seja uma alavanca do concelho de Castro Daire. Futuramente, um qualquer executivo, pode encontrar um caminho que possa potenciar ainda mais este projeto, não tem nada contra. Considera que, muitas vezes, as entidades públicas necessitam dar o primeiro
Respondeu dizendo que a declaração tem apenas que ver com o financiamento. Relativamente às questões do deputado Carlos Pinto, afirmou que o objetivo é transformar este investimento de modo a que ele seja uma alavanca do concelho de Castro Daire. Futuramente, um qualquer executivo, pode encontrar um caminho que possa potenciar ainda mais este projeto, não tem nada contra. Considera que, muitas vezes, as entidades públicas necessitam dar o primeiro passo. Deu o exemplo do futuro Hotel de quatro estrelas que a vila de Castro Daire irá ter que surgiu,
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal ————————————————————————————————————
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar. -----



Pág. n.º 101

(Ribeino

Ponto Dez – Tomada de conhecimento do processo de regularização de dívidas a fornecedores anteriores a outubro de dois mil e dezassete:
Ponto dez ponto um - Primeiro Acordo Arbitral: Processo número 1290/2019-A de nove de março de dois mil e vinte, envolvendo vinte e nove entidades, com um valor total de noventa e três mil novecentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos.
Ponto dez ponto dois – Segundo Acordo Arbitral: Processo número 1302/2019-A de vinte e três de abril de dois mil e vinte, envolvendo seis entidades, com um valor total de oitenta e quatro mil duzentos e sessenta e um euros e cinquenta e nove cêntimos.
Ponto dez ponto três – Terceiro Acordo Arbitral: Processo número 1303/2019-A de trinta de abril de dois mil e vinte, envolvendo doze entidades, com um valor total de cento e dezasseis mil novecentos e quatro euros e trinta e oito cêntimos.
Ponto dez ponto quatro – Quarto Acordo Arbitral: Processo número 1304/2019-A de onze de maio de dois mil e vinte, envolvendo três entidades, com um valor total de cento e sessenta mil duzentos e cinquenta e sete euros e dezasseis cêntimos.
Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal
Referiu que tinha o compromisso de que quando este processo estivesse finalizado o traria ao conhecimento da Assembleia Municipal. É este o momento. Existiram quatro processos no Centro de Arbitragem com um total de cinquenta fornecedores e cerca de quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros. Nos últimos três meses fez-se um esforço enorme para liquidar estes valores. Evidentemente e logicamente isto também responde a algumas perguntas de algumas obras que não foram executadas e deu o exemplo do caso em Pepim. Pagar este montante nestes últimos três meses referentes a produtos, a serviços, a obras que vêm do mandato anterior, que não estavam devidamente regularizados, contratualizados e realçou que se pagou muitas centenas de milhares de euros de trás. De todo este processo há ainda um que não está fechado, uma dívida à EDP, que ainda não está solucionada. Tudo o resto está tratado
Diogo Gomes Carvalhas
Interveio dizendo que concorda plenamente que, àqueles que forneceram o serviço à Câmara Municipal, lhe seja pago o montante. Todavia, realçou que o processo demorou tempo demais, três anos e há informações em falta nomeadamente o tempo de dependência no Tribunal Administrativo, em particular no Centro de Arbitragem até para se perceber até quanto o processo foi protelado, ou não, por uma ou outra parte; se tendo em conta que a última decisão foi a onze de maio e tendo em



conta que houve um reunião em junho, se não é uma tentativa de protelar ainda mais para bater nas eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, essa argumentação e; perceber porque não está nenhum documento onde se perceba que exista um efetivo acordo entre a Câmara Municipal e os credores. Porque, o que diz na informação da ordem de trabalhos é que se tratam de Acordos Arbitrais mas o que se recebeu foram sentenças, pelo que desconhece se existiu algum acordo entre o executivo municipal e os credores, se existiu uma informação dos serviços que permitiu perceber que aquelas quantias era efetivamente devidas. O que se sabe é que houve uma ação interposta pelos credores contra a Câmara Municipal, essa ação não foi contestada pela Câmara Municipal, pelo que acontece o pagamento da quantia. -----------José de Almeida Gonçalves ----------Iniciou a sua intervenção pela saudação à Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação, os colegas e os colaboradores. Pediu o esclarecimento relativamente ao facto de uma verba ser datada de janeiro de dois mil e dezoito (Pingo Novo). ----------António Luís Fernandes Ferreira------------Cumprimentou a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa, o Executivo Municipal, os colaboradores do Município, os colegas e o Sr. Vereador Fernando Carneiro. Afirmou que o ponto em análise é de extrema importância para o próprio e para a bancada do PSD. Cada um tem as suas escalas de valores, cada um valoriza o que entende valorizar, mas o que a bancada valoriza é esta preservação/defesa da imagem do Município. A defesa da imagem do Município é a defesa da imagem de todos. Foi importante o executivo ter assumido este desafio, um compromisso que certamente não foi fácil de resolver. Contrariamente, a algumas questões que existiram neste órgão, fizeram a opção certa e neste momento pode dizer-se que paga quem tem que pagar e recebe quem merece receber. Era um problema que não foi criado pelo atual executivo mas quem aqui chega herda os benefícios e os problemas, é assim que funciona na democracia e é assim que funciona a rotatividade no poder, por isso em seu nome e do PSD fica o regozijo e o reconhecimento pelo que tão bem tem feito em muitos outros fóruns, quer pela sua postura pessoal quer pela sua postura institucional. Mais uma vez, sentimo-nos muito bem representados porque se demonstrou que o Município de Castro Daire é uma pessoa de bem. ----------Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Interveio dizendo que os valores constantes são anteriores à entrada do atual executivo. Alguns fornecedores, até como forma de pressão emitiram faturas e enviaram para a Câmara mas foram devolvidas e anuladas. Sugeriu que, junto dos serviços, casos concretos se esclareçam. É evidente que toda a gente reconhece que este não foi um processo fácil e desde a primeira hora que



se tiveram várias reuniões e os serviços que hoje aqui estão foram internamente confirmados pelos funcionários. Quanto ao afirmado pelo deputado Diogo Carvalhas referente ao facto de só vir a conhecimento agora, disse que poderia ter vindo antes, mas sem o processo fechado. O problema não se resolveu com a sentença, resolveu-se quando o Município pagou e o último pagamento foi em meados de setembro e pagar quatrocentos e cinquenta e cinco mil euros não se consegue de imediato porque é necessário conjugar com diversos fatores em termos de tesouraria como, vencimentos, pagamentos em curso, etc. Quanto ao facto do processo ser célere, este não foi um processo de análise simples e compreenderão que este processo tem vários tipos de implicações que necessitaram ser devidamente ponderados e avaliados, porque ainda que se estejam a falar de cinquenta e cinco fornecedores mas em termos de fornecimento são muitos mais e que necessitaram de ser validados. Naquilo que houve a confirmação, houve o pagamento.----------Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia dizendo que o último pagamento tem data de onze -----João Cândido da Silva Henrique -----------Interveio dizendo que não havia lido a sentença e fê-lo há pouco tempo e a correr. Leu a parte final, o mais importante é que diz que é preciso pagar mas faz outras sugestões, pelo que disse gostar de saber se a sentença plasmada é só boa para pagamento ou se as sugestões feitas são de acolher, ou não. Afirmou gostar de ouvir os Juristas que tanto têm falado noutras ocasiões. Ninguém abordou este assunto mas gostava de saber, porque nesta casa, está sempre tudo bem. Concorda com o afirmado pelo deputado António Ferreira quando diz que foi trabalhado com cautela, mas o próprio afirmou que tudo tem que ser trabalhado com cautela, o que é bom e o que é mau. Fez o apelo aos Juristas para que deem uma lição de direito aqui. Questionou ainda se, na próxima sessão de Assembleia, haverá um ponto para se poder debater este assunto, porque não é Jurista e tem que se valer de alguém no sentido de ser informado para poder emitir uma opinião sobre esta sentença que parece ir muito mais além do que aqui se está a falar. Gostava de saber se os procedimentos foram os corretos da parte do anterior executivo e do atual, até mesmo pela parte do Jurista da -----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Interveio dizendo que é o próprio Tribunal que envia a remessa para o Tribunal de Contas. Disse que este problema surgiu devido a existência de problemas senão logo na altura teria sido pago, mas não houve a contratualização devida, logo não era possível pagar. Estes processos antes de serem enviados ao Centro de Arbitragem foram levados à Reunião de Câmara. Era um processo que vinha do mandato anterior, não vinham devidamente contratados, logo o atual executivo não



poderia pagar. Arranjou-se uma forma de pagar os valores e depois o Centro de Arbitragem, que não deixam de ser juízes, fazem a determinação do envio destes processos para o Tribunal de Contas. Disse não ficar admirado se houver uma inspeção do Tribunal de Contas. -----Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia referindo que o Sr. Presidente afirmou que a totalidade do processo pode ser consultado, devendo apenas informar quando se pretende consultar para articular com os serviços. Acrescentou não existir qualquer problema e existirá sempre tempo para reagendamento e tratamento mais aprofundado deste processo. -----A Assembleia Municipal toma conhecimento.-----Ponto Onze - Aprovação da Revisão número três do Orçamento da Receita e do Orçamento da Despesa e número dois em Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte, para integração do saldo apurado pela diferença de valores orçamentados para dois mil e vinte (os recebidos em dois mil e dezanove) e dos valores aprovados em orçamento de estado (Lei número 2/2020 de trinta e um de -----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----------Interveio dizendo que no ano passado existiram eleições legislativas e o orçamento do estado não ficou pronto no devido tempo e só mais tarde foram publicadas as transferências definitivas para os Municípios. Ao mesmo tempo, tem-se vindo a fazer um trabalho junto do Governo para que os Municípios sejam dotados de maior rubrica e felizmente para os Municípios houve um aumento nas transferências. Esta revisão prevê um reforço do valor do orçamento que tem que ver com o diferencial entre as que estavam previstas inicialmente e as definitivas. O valor é de seiscentos e noventa e quatro mil euros pelo que se dotaram um conjunto de rubricas que parecem pertinentes. Realçou a rubrica da Proteção Civil que foi reforçada com o montante de cem mil euros, aquisição de viaturas para o Armazém Municipal, as verbas para as Juntas de Freguesia com reforço das mesmas, duas obras que se pretendem colocar a concurso, uma a estrada da Pereira até à Ermida e a outra é a estrada de Cerdeiró que liga Mões a Lamas. Também um investimento para ampliação do cemitério, entre outros projetos. O pagamento do valor do mandato anterior teve impacto o que levou que algumas obras agendadas para o presente ano tivessem que ser adiadas, pelo que há uma tentativa de atualização dessas verbas e colocar em marcha alguns projetos. ----------Diogo Gomes Carvalhas -----------Interveio dizendo que não entende algumas dotações negativas em algumas funções para o ano de dois mil e vinte, nomeadamente, nas funções sociais e requalificação de estradas e caminhos. Disse nunca ter visto dotações negativas, pelo que presume que sejam anulações, pelo que questionou a razão de estarem a ser feitas. -----



-----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal ----------Clarificou que dois mil e vinte e um não deixa de ser meramente indicativo, particularmente na estrada do Cerdeiró que liga Mões a Lamas com dotação de trezentos e vinte e um mil euros e quando se abriu concurso para a obra, tornou-se necessário reforçar a dotação, pelo que se alteraram outras rubricas. É meramente instrumental e para não modificar o orçamento de dois mil e Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar com um voto contra e uma abstenção.----Votou contra o deputado Carlos Pinto e votou pela abstenção o deputado Diogo Carvalhas.-----Finda a votação, o deputado Carlos Pinto fez a seguinte declaração de voto: "Voto contra a revisão do orçamento apenas porque quer manter coerência com todas as votações que fez em relação a este orçamento. Acrescido que uma das verbas reforça a transferência de verbas para a Câmara Municipal, efetivamente aquela que o próprio propunha que se recebesse zero para este ano aquando da discussão do orçamento". O deputado Diogo Carvalhas teceu a seguinte declaração de voto: "Eu abstive-me nesta votação e após o esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara relativamente às rubricas de dois mil e vinte e um nas GOP, não posso deixar de notar que são retiradas e apesar de ser meramente indicativo, foram retiradas em funções essenciais. Pese embora no futuro possa ser reforçado, em dezembro, no orçamento parece que não é a melhor técnica de elaborar esses documentos". ------Ponto Doze – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como a sua situação financeira. -----------Constantino Duarte Silva -----------Interveio dizendo que aproveita este ponto para se pronunciar sobre alguns assuntos. Disse não ter gostado de ver um Homem de mais de oitenta anos, quando o próprio questionou para onde ía com os garrafões e o mesmo disse ipsis verbis vou buscar água branca porque a água que corre nas minhas torneiras é preta. Disse não ter gostado de ver no fogo que andou recentemente em Cujó, alunos, um bombeiro voluntário que seja deve ter formação técnica, teórica e prática. E o próprio viu uma miúda agarrada a um mangueira no meio de um giestal e sobre aquele incêndio, ardeu o que tinha que arder e na altura disse aos presentes que deveriam fazer com que o fogo não ultrapassasse a EN 225, porque se acontecesse, tocada pelo vento o fogo poderia ir até à Granja. Isso não aconteceu mas quanto ao resto, ardeu o que tinha que arder. Considera que houve desrespeito pelo fogo por parte dos Bombeiros quando se preocuparam mais com a máquina de



rasto, com o rasgão que abriu até Almofala e não fizessem o rescaldo ou mantivessem alerta do que poderia acontecer e que depois aconteceu. Diz não entender como se pode estar à espera de Bombeiros ou elementos próprios para o contrafogo em que só eles o podem fazer e diz não entender, como também não entende como um Comando dentro de um carro com um ecrã à sua frente consegue comandar um fogo passando por cima de todos os elementos presentes. Em Cujó não ardeu mais porque o fogo não quis, porque todo o trabalho que foi feito na manhã foi inglório para o que aconteceu na parte da tarde. Disse ainda que no concelho encontram-se várias empresas de construção civil que realizam obras de construção civil, acontece que no nosso concelho não existe nenhum aterro ou nenhum depósito de materiais de construção, pelo que questionou onde vão parar estes materiais. Esta deposição acontece na Estrada Municipal Cujó - Almofala que já deu problemas em Tribunal, mas certamente acontece em outras áreas do Município. Disse achar que se deveria criar um depósito onde os construtores possam colocar os materiais e onde todos os materiais possam ser selecionados para mais tarde voltarem à construção e aumentar a melhoria do ambiente.-----

-----José de Almeida Gonçalves ------

-----Interveio agradecendo a alteração do transporte que a neta do próprio utilizava, dado que agora é usado um transporte devidamente adequado. Questionou para quando o PT do Lodeiro que já foi pago. Na informação do Presidente fala em várias obras, pelo que questionou para quando estará previsto compor o que a tempestade destruiu no Lodeiro. O outro assunto é se seria possível resolver um problema no Ameal e Mosteiro com uma fossa coletiva, porque o saneamento está enterrado naquelas povoações mas há pessoas que vão começar a ligar, o que não está bem. Fez também um reparo para o facto da Associação de Produtores Florestais Montemuro e Paiva ter solicitado o Auditório do Centro de Cultura para fazer a Assembleia Geral e foi concedido e depois, por motivo que desconhece, não havia funcionários para abrir o Auditório e foi feita no exterior. Aproveitou ainda para esclarecer que, de facto a Junta de Freguesia não quis receber o dinheiro porque fez contas e viu que esse dinheiro não chegava exatamente como o Município fez em relação a transferências que o Governo quis fazer e o Município não aceitou. Referiu que o montante que foi distribuído no protocolo assinado foi de acordo com os Presidentes de Junta mas o Protocolo referiase a limpeza urbana e que teria que ser feita duas vezes, uma antes da Páscoa e outra posteriormente e na opinião do próprio só há um critério, a área a limpar porque se abrir um concurso para a limpeza os concorrentes vão ter em conta a área para limpar. Disse, noutros tempos, ter convivido e concordado com outros critérios, pois o executivo dava vinte e quatro mil e seiscentos euros em contraponto com onze mil e seiscentos que o Sr. Presidente tinha para dar agora. ------

------Horácio António de Paiva Ribeiro-----



-----Interveio dizendo que o Sr. Presidente da Câmara refere que têm sido acauteladas as indicações emanadas pela DGS e da tutela no sentido de garantir a segurança das pessoas e tentando evitar novos casos no concelho, pelo que registam com agrado essa informação acreditando que isso tem sido feito e que tem tentado fazer o melhor. Deixou uma nota à questão dos transportes, nomeadamente os transportes com alunos em que tem chegado algumas questões e talvez mesmo ao Vereador da área de que os transportes vêm lotados e sem o mínimo de cumprimento das regras, pelo que se deve ter atenção. Registaram com agrado a conclusão da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro e a disponibilidade da própria Ministra da Coesão Territorial, Dr.ª Ana Abrunhosa por vir a Castro Daire. Registam também com agrado que ao contrário de outros concelhos, aqui reabriu a delegação do IEFP que estava encerrada há alguns anos, na linha do que já tinha sido feito com a reabertura do Tribunal. Também a retirada do amianto da Escola Básica de Mões e que vem referido no Despacho 6673-A em que é um investimento que tem sido feito há alguns anos e que se prevê que essa retirada seja feita em todos os estabelecimentos escolares, numa área de 440 mil m² em estruturas que serão substituídas com remoção de todas as estruturas com amianto em equipamentos escolares com custos financiados e suportados na totalidade por programas regionais, no nosso caso, pelo Centro2020. Saudou a reabertura da EN2 e que aconteça o quanto antes. Regista como positivo que está a ser possível a solução dos problemas elencados, nomeadamente na ligação Reriz - Vila Nova e a ponte das Termas do Carvalhal. Alertou para outras questões de manutenção onde há muito a fazer. Questionou o ponto de situação de algumas obras que tinham sido assumidas quando os alunos transitaram para a Escola Básica de Castro Daire e que ainda não foram feitas. -----

-----António Luís Fernandes Ferreira-----

-----Interveio que em relação à intervenção do deputado João Henrique faz sentido que se tenha mais informação sobre o processo, quais os envolvidos, os incumprimentos subjacentes ao procedimento. Em relação à comunicação escrita do Sr. Presidente e ainda que já tenha sido referido que já esteja com alguma tática eleitoralista o próprio acrescentou algo mais ao referido na comunicação, porque quando falou da obra que veio melhorar as condições de acesso à escola e ao Centro de Saúde, esqueceu-se de dar a informação que aproveita agora para dar que nessa mesma inauguração a Sr.ª Ministra da Coesão Territorial deu a boa nova de que a Avenida 25 de Abril também iria ser requalificada. Fica o regozijo porque todos nós ficamos muito satisfeitos por isso. Verifica-se que se está a caminhar para o sítio certo porque há um conjunto de prioridades que estão a ser executadas. É importante também que a EN2 retome o seu percurso normal mas há um novo desafio para o Sr. Presidente, considera que o termo pro-ativo é o termo que melhor o caracteriza no que diz respeito à postura do Sr. Presidente, que diz respeito ao retomar do percurso da EN2 e que



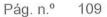
se relaciona com a abolição do pórtico do Carvalhal. Não é necessário estar a enumerar o conjunto de concelhos pelo nosso país que não sofrem deste problema, porque não estão cortados a meio por um pórtico mas todos estamos de acordo que não faz qualquer sentido estar ali colocado e que penaliza em muito todos os castrenses. É um desafio que deixa aqui, certamente estará preocupado com este problema mas é necessário partir pedra novamente para ver se o mesmo não é reativado. -

#### -----Carlos Alberto Bianchi Pinto -----

-----Interveio com uma sugestão à Mesa, de que a informação do Sr. Presidente seja ponto primeiro das assembleias, dado que na prática os assuntos de antes da ordem do dia são também tratados na informação do presidente. Em relação à informação do presidente deixou duas notas, primeiro em relação à Av. Dr. Francisco Sá Carneiro que contém uma armadilha para quem conduz em que a sinalização horizontal não permite realizar manobras sem que o traço contínuo seja ultrapassado. Também a questão do Rio Paiva é algo que nos devia preocupar, ainda que sejam informações passadas pelas redes sociais, as situações vão surgindo e faria sentido se houvesse uma resposta em relação àquelas situações mesmo que sejam pontuais e que até nem possam ter nada que ver com o funcionamento das ETAR's e não será por acaso que se tem previsto o início do funcionamento naquela zona de uma nova ETAR. Terminou dizendo que chega tarde, porque os seus filhos já passaram por lá, mas em nome dos castrenses bem-haja pela construção do refeitório na Escola Primária. Ajudando à intervenção do deputado António Ferreira, referiu que já veio a esta Assembleia moção para abolição do pórtico. ------

#### -----Intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

-----Interveio dizendo que em relação à intervenção do deputado Constantino talvez o deputado Horácio Ribeiro consiga dar uma explicação dado que será a pessoa indicada para esclarecer por ter estado no posto de comando. A questão do rio é algo que a todos preocupa. Tem-se vindo a monitorizar as margens do rio Paiva, as ETAR's e sabe-se que estas não são as que estão nas melhores condições mas também há coisas que não deixam de ser algo estranhas. Deixou o agradecimento ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Reriz e Gafanhão por todo o trabalho que tem feito, no acompanhamento e monitorização desta situação da poluição do rio, mas há algumas situações estranhas, porque se há imagens nas redes sociais junto à Ponte de Cabaços e que supostamente são da ETAR do Arinho e entre estes dois locais não é detetado no rio poluição. Todavia, têm sido feitas visualizações no rio mas não se encontrou o foco. É um assunto que preocupa. Quanto à ETAR de Castro Daire estão a ser terminadas as ligações elétricas. Relativamente, às obras salientadas no primeiro ciclo, o refeitório era uma dessas obras que o executivo havia assumido como prioridade e está concluida. Uma outra obra relaciona-se com a criação de um abrigo para os alunos que está prestes a ser instalado. Quanto à sinalização





Ribeino

horizontal da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, tecnicamente o objetivo é evitar ultrapassagens, mas o problema é que o traço contínuo gera no local situações complicadas. Não obstante sublinhou que está em curso uma adjudicação de um conjunto de pintura para melhorar a sinalização horizontal e no âmbito dessa empreitada será feita essa correção na zona identificada. O deputado António Ferreira afirmou um conjunto de assuntos, mas o próprio explicou que em relação ao pórtico, no início de agosto havia falado com o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, Sr. Eng.º Jorge Delgado, com um propósito com um objetivo estratégico, a EN2 iria reabrir e como havia mais uns dossiers para serem tratados, o pórtico das Termas do Carvalhal e EN225, contactou no sentido de vir ao concelho quando a EN2 reabrisse. Mas, e ainda que na semana que decorreu tivesse falado com o mesmo, ele reporta para o Secretário de Estado do Orçamento, pelo que o que irá fazer é oficializar este assunto à Secretaria de Estado do Orçamento. É intenção do Sr. Presidente, quando o Sr. Secretário de Estado cá estiver, convidar todas as forças políticas e, em reunião, discutirem-se todas essas questões. Quanto à Avenida Vinte e Cinco de Abril, evidentemente foi um dos pedidos efetuados à Sr.ª Ministra da Coesão Territorial e à Sr.ª Presidente da CCDRC. O projeto está feito, a obra concursada está-se a aguardar a aprovação da candidatura para se efetuar a adjudicação. A Sr.ª Ministra inclusive disse "ponha lá o visto" na Avenida Vinte e Cinco de Abril mas a aprovação final ainda não está feita. Salvaguardou que a forma como tem vindo a trabalhar com a Sr.ª Ministra há muitos anos e agora particularmente como presidente da CCDR e agora enquanto Ministra, naquilo que se tem comprometido, tem cumprido. Quanto aos transportes solicitou que sempre que se conheçam situações anómalas as comuniquem, porque ainda há bem pouco tempo aconteceu uma situação da falta de autocarro na hora de almoço para Gosende, o Município havia dado a indicação para manter o que estava, mas a seguir não foi cumprido, mas a situação foi de imediato ultrapassada, pelo que pede que reportem as situações sempre que existam. Relativamente ao IEFP, foi um processo que se conseguiu desbloquear, algo que se tinha definido como muito importante para o concelho. Quanto ao PT do Lodeiro disse que há cerca de um mês intercedeu junto de alguns proprietários com o intuito de se desbloquear algumas posses dos terrenos, pelo que considera que tudo está a caminhar adequadamente. Referiu ainda que o Município fez investimento na infraestrutura dado que a tempestade havia destruído muitos elementos. A questão do escoamento das fossas é algo que tem que ser feito por uma empresa especializada para o efeito e a Câmara não tem licenciamento para o fazer. Quanto ao pedido do auditório para a Associação de Produtores Florestais, disse ter havido um lapso interno de informação, a informação não chegou a quem devia, tentou resolver-se mas dado o tempo até o colaborador chegar, a própria associação optou por reunir no exterior. Com relação à questão do Senhor com os garrafões com água suja, pediu que identificasse a situação concretamente para que os técnicos possam ir ao local, analisar e solucionar. Quanto ao fogo de Cujó, as questões mais operacionais poderão ser respondidas pelo deputado



75/2013, de doze de setembro.-----

Horácio Ribeiro que esteve no comando. Afirmou que acompanhou o fogo, esteve sempre presente, mais do que uma vez com o Presidente da Junta de Freguesia, mas fez também um voo de reconhecimento de helicóptero e do mesmo recolocaram-se meios e por vezes, ouvem-se de pessoas comentários de que vieram bombeiros de longe, mas quem está no posto de comando gere meios e operacionalmente vai tomando decisões face às frentes a combater. Disse ainda que estavam condições meteorológicas muito adversas. Quanto os resíduos de demolição e construção, fez saber que têm que ser empresas especializadas a fazer a recolha e sublinhou a existência de uma empresa na Zona Industrial da Ouvida que faz essa recolha, claro que com um custo adicional. Os Municípios não têm condições para criar uma infraestrutura para receção desse tipo de materiais.

Interveio a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal reforçando que dia treze haverá sessão extraordinária de Assembleia Municipal para eleição do Presidente da CCDRC entre as dezasseis e as vinte horas. Disse ainda que em relação ao ponto dez abordado nesta sessão, a Assembleia toma conhecimento e recomenda a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia para debater este processo. -----APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do número três e para efeitos do disposto no número quatro, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei número

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram treze horas e quarenta minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Secretária de Apoio à Vereação, para o efeito designada, que a secretariei e redigi.-----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,